

EDITORIAL

Horizontes

Após dois meses, saímos da greve enfraquecidos. Nosso reajuste, de 5,5%, que sequer corrige a inflação, só será visto em agosto de 2016. A greve não debateu a carreira, não impediu os cortes no orçamento da Educação, não discutiu a universidade pública no Brasil.

A greve, que parou grande parte das universidades por quatro meses, gerou pauta de TV sobre os danos causados para sociedade, editoriais em jornais de grande circulação nacional nos chamando de "levianos". Mas acendeu, entre nós, a dúvida sobre a eficiência da própria greve enquanto tática. Deve mesmo ser usada? Em que condições?

Este questionamento, tanto quanto a falta de respostas, não são novidades. Mas a experiência de 2015 parece ter oferecido novos contornos à questão. Há em curso uma mudança de perspectiva no movimento sindical docente no Brasil. A derrota dessa greve foi um grande sinal. Outro é a derrota do Andes na Adufrj, até então a seção mais forte do sindicato nacional.

Uma diretoria formada por docentes sem vivência sindical, mas com ampla experiência administrativa na universidade, e indignados com as práticas grevistas do Andes, surge com uma proposta de leitura mais universitária do movimento sindical que propriamente partidária, o mal da nossa organização política.

Por isso, trazemos a entrevista com Tatiana Roque, a nova presidente da Adufrj, que conta sobre essa nova visão de movimento docente.

E como a vida na universidade também é feita de criatividade, não perca os impulsos dos professores da FAV Rubens Pileggi e Juliano Moraes na Chapada dos Veadeiros. Como é feita também de amizade, leia as histórias de Marco Antonio Sperb Leite e Paulo Garcez na aviação experimental; ou os 50 anos de companheirismo dos professores Mozart Baptista e Gil Sebastião, que se misturam aos 70 da Faculdade de Odontologia. Como é feita de superação, conheça um pouco do Design de Moda, um dos cursos mais bem avaliados da UFG. E muito mais. Boa leitura!

Nova perspectiva no movimento docente

Aline Macedo/Especial para o JP



Vitória da oposição ao Andes na Adufrj (UFRJ) indica uma mudança de práticas que pode reconfigurar cenário sindical no país. Em entrevista ao JP, Tatiana Roque, a nova presidente, conta como o descontentamento com as práticas do sindicato nacional fez surgir uma nova proposta de representação docente.

Páginas 8 e 9

A ressaca da greve

Movimento teve pouco ou nenhum resultado para categoria - Páginas 10 e 11



Fábio Alves

Após aposentarem-se, Marco Antonio Sperb Leite, Paulo Garcez Leão e Waldemar Wolney fortalecem a amizade na aviação experimental

Página 15

Esteios da Odontologia

Os 70 anos da Faculdade de Odontologia contados a partir do encontro de professores decanos. A diretora Enilza Paiva remonta momentos passados da unidade.

Página 7

Ricardo Pavan fala das mudanças no rádio no Brasil

Página 12

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

MODA, UM CURSO SUPER BEM AVALIADO NA UFG

Página 13



Marcos Dantas*

Porque a Andes perdeu as eleições sindicais na UFRJ

A recente vitória da oposição (Chapa 2) nas eleições para o sindicato de professores da UFRJ (Adufrj) por 883 a 594, duas semanas depois de os professores em assembleia terem decidido suspender, na UFRJ, uma greve que se dizia nacional, são acontecimentos, ambos, cuja importância política transcende os limites das intestinas disputas sindicais ou mesmo os do campus carioca. Nos dois casos, não se trataram de vitórias de alguma corrente sindical tradicional sobre outra corrente sindical tradicional, mas de reação vitoriosa dos docentes da UFRJ a um tipo de política sindical, quaisquer que sejam as correntes envolvidas nestas, cujas práticas ultrapassaram, definitivamente, os estoques de paciência da maioria dos professores. Os derrotados, a rigor, foram a própria Adufrj e sua matriz maior, a Andes-SN, ainda que por dentro de suas próprias estruturas.

Sem conhecimento da sociedade, em geral, logo também, ao que parece, das autoridades em Brasília, até porque a imprensa, quando muito, só abre espaço para narrar as versões, digamos, “institucionais”, do movimento grevista, já vinha crescendo, desde a greve de 2013, quando não de antes, um surdo movimento de resistência a recorrentes paralisações de professores, longas por um lado, e sem grandes resultados por outro. Em que pese, para a sociedade, via imprensa, a “universidade estar em greve”, o fato concreto era que a UFRJ não estava em greve. As maiores unidades da UFRJ em termos de professores e alunos, a exemplo da Medicina, da Engenharia, da Economia, além de outras, não paralisaram as suas atividades um único dia, em uma única sala de aula, até o encerramento formal, na primeira quinzena de julho, do calendário letivo relativo ao primeiro semestre de 2015. Simplesmente não tomaram conhecimento da greve decretada no final de maio, em assembleias com pouco mais de 100 professores presentes.

Em muitas outras unidades, uma parte dos professores podia aderir, mas não todos – estes, 50% ou mais nas diferentes unidades, também seguiram ministrando seus cursos com frequência normal de estudantes. Já tinha sido assim também em 2013. Acrescente-se que, nestas duas últimas “greves”, também a militância estudantil decidiu paralisar as aulas “em apoio à greve dos professores” – e, também, tanto em 2013, quanto agora, a grande maioria dos estudantes preferiu permanecer em sala de aula.

No entanto, é verdade, as salas e corredores da UFRJ exibiam-se vazias e desertas em agosto e setembro. Explica-se. Os conselhos superiores da universidade decidiram, como dizer?, aderir à greve. Basta, para isso, suspender o calendário e “trancar” os sistemas informatizados necessários a lançamento de notas, abertura de turmas, realização dos atos burocráticos necessários à matrícula em cada início de semestre. Para a grande maioria dos professores e estudantes, a greve começou, de fato, na segunda semana de

agosto, depois das férias de meio de ano, porque se viram impedidos, contra a vontade, de retornar às suas atividades. Precisariam esperar por novas decisões dos colegiados superiores, redefinindo o calendário semestral e reabrindo os sistemas informatizados. Esses colegiados, por sua vez, ficavam esperando pelas decisões das assembleias de professores e estudantes (e, também, pelas dos funcionários administrativos). Se tal acontece em algum segmento de empresas privadas, a isso se denomina “lock out”...

Se uma dada pauta trabalhista (sindical) mobiliza, de fato, o conjunto da categoria, é de se esperar não apenas grande presença nas assembleias, como também muita discussão nos locais de trabalho. Mas também pode-se aceitar que, uma vez decretada a greve em assembleia com baixa participação relativa, o

“ VENCEU PORQUE, ENTRE OUTROS MOTIVOS, VIERAM PARA CAMPANHA CENTENAS DE PROFESSORES HÁ ANOS DISTANTES DE UM SINDICATO MAIS PREOCUPADO COM AGENDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA ”

apoio à decisão se expresse pela simples adesão dos demais, ou seja, no caso de professores, pela disposição de suspender as aulas e não entrar em sala, por parte da grande maioria do corpo docente. O mesmo raciocínio se aplica ao inverso: se a disposição da grande maioria é a de prosseguir as suas aulas, ignorando a decisão da assembleia, significa claramente que, para usar uma expressão da moda, “eles não nos representam”. Ou seja, a “categoria”, ao boicotar concretamente, através da ação consciente da grande maioria dos seus membros que permaneciam em sala de aula, a decisão da assembleia e os encaminhamentos da Adufrj, demonstra não se sentir atraída pelas suas pautas e motivações.

Mas se sentia cada vez mais incomodada e irritada pela paralisação compulsória em função, não da força do sindicato, mas do comportamento dos colegiados superiores. Neste ano, a paralisação compulsória

catalisou a mobilização da grande “maioria silenciosa” que, normalmente, prefere dedicar seu tempo às suas pesquisas, publicações, aulas, inclusive atividades de extensão universitária do que a uma “pauta” que não lhe diz respeito. Um dos resultados dessa reação foi a elaboração de uma “carta dos Eméritos” ao MEC, denunciando sérios desvios acadêmicos-administrativos no curso da “greve”. Cresceu também a presença de professores nas assembleias sindicais. Estas inflaram embora nunca tenham chegado a reunir mais de 600 professores – num universo de cerca de 4 mil. A proposta grevista precisou ser duas vezes derrotada, em duas assembleias distintas, para a Adufrj desistir... Porém, o “êxito” da paralisação já estava assegurado, inclusive na mídia, pela suspensão do calendário acadêmico...

Foi essa crescente mobilização dos professores que os levou a formarem uma chapa para disputar a própria direção do sindicato, liderada pela reconhecida pesquisadora Tatiana Roque, professora do Instituto de Matemática. Venceu por quase 60% a 40% porque, entre outros motivos, vieram para a campanha e compareceram às urnas centenas de professores sindicalizados mas há anos distantes de um sindicato mais preocupado com a agenda político-partidária de seus militantes do que com uma real pauta docente.

Muito provavelmente, o que está acontecendo na UFRJ repete-se, em maior ou menor grau, em outras universidades federais. Independentemente dos graves problemas enfrentados pela educação brasileira e por nossas universidades, agora em vias de serem agravados pela decepcionante política fiscal deste segundo governo Dilma, ao longo dos anos, um sindicalismo sem muito compromisso com a produção acadêmica (como fica claramente revelado na sua esdrúxula proposta de nova reestruturação do plano de carreira, já não bastasse a anterior, de três anos atrás) veio se impondo sobre um grande conjunto majoritário de professores e professoras sem tempo a perder e sem muito interesse por suas propostas e práticas. Na UFRJ, essa maioria decidiu fazer ouvir também sua voz. Considerando a dimensão física e simbólica da Federal do Rio no conjunto da vida universitária brasileira, este seu exemplo poderá ensejar movimentos similares em outras universidades. E considerando que somos todos, professores universitários, sustentados pelo contribuinte, a real representatividade e legitimidade dessas greves minoritárias deveriam também ser melhor avaliadas pelas autoridades, em Brasília.

**Professor Titular da Escola de Comunicação da UFRJ e membro do Consuni-UFRJ*



Wander G. da Silva*

A greve dos docentes da UFG: uma breve análise dos motivos e resultados obtidos

Na condição de Professor Adjunto lotado na Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC), fui admitido na UFG em maio de 2009, proveniente de instituição pública de direito privado. Greve de professores era algo que ali nunca existiu durante os mais de vinte anos de atividades realizadas como professor, coordenador de curso e vice-diretor.

Tive a primeira experiência com greve docente no ano de 2012, tendo participado de todas as assembleias convocadas pela Adufg na época. Fiquei surpreso e um tanto quanto decepcionado com a dinâmica envolvida ao perceber que havia grupos distintos, defendendo suas ideias com voracidade de tal forma que professores chegavam a tratar uns aos outros com hostilidade. Discussões sobre estratégias de ação para se atingir os objetivos da greve pareciam menos importantes. Entretanto, é incontestável que conquistas foram alcançadas pela categoria, com reajustes salariais superiores a diversas outras categorias do serviço público federal e reestruturação na carreira de forma a possibilitar a ascensão de docentes à classe de Professor Titular. Portanto, muitos docentes diriam que o esforço foi compensador.

A greve de 2015 iniciou-se com reivindicações por melhores condições de trabalho, reestruturação da carreira e contra os cortes na educação, isto é, praticamente a mesma retórica de anos anteriores. Entretanto, o que ganhou destaque foi o reajuste salarial dos docentes para compensar a perda do poder aquisitivo perante a inflação. A dinâmica da assembleia do dia 05 de agosto foi marcada por uma grande participação de docentes, onde líderes do movimento apresentaram suas ideias, as quais foram compartilhadas por outros que utilizaram do microfone. Foram, portanto, capazes de convencer a maioria de que a greve era necessária, embora houvesse posicionamentos contrários.

Não se pode negar que foi uma assembleia realizada com serenidade e sem ataques pessoais. Entretanto, já era do conhecimento de todos que o governo federal estava cortando gastos e que a própria UFG já estava passando por sérias dificuldades para honrar seus compromissos em função do contingenciamento de recursos por parte do governo federal. Outras categorias do funcionalismo público federal já se encontravam em greve sem que o governo houvesse sinalizado possibilidade de atendimento de suas reivindicações.

Portanto, considerando as circunstâncias e conjunturas do país, estava evidente que a greve não atingiria seus objetivos. De fato, não houve ganhos, a não ser a redução de quatro para dois anos, mantidos os mesmos índices de reajuste salarial propostos pelo governo federal. Pior, o reajuste que estava inicialmente

“ FIQUEI SURPRESO E UM TANTO QUANTO DECEPCIONADO COM A DINÂMICA ENVOLVIDA AO PERCEBER QUE HAVIA GRUPOS DISTINTOS, DEFENDENDO SUAS IDEIAS COM VORACIDADE DE TAL FORMA QUE PROFESSORES CHEGAVAM A TRATAR UNS AOS OUTROS COM HOSTILIDADE ”

“ COMPETE À CLASSE PROFISSIONAL MELHOR QUALIFICADA E FORMADORA DE OPINIÃO ENCONTRAR UMA FORMA MAIS EFICIENTE DE LUTAR PARA DEFENDER SEUS DIREITOS E INTERESSES QUE NÃO SEJA ATRAVÉS DE ‘MAIS UMA GREVE ’ ”

previsto para ocorrer em janeiro de 2016 foi prorrogado para agosto do mesmo ano. Demais itens da pauta de reivindicações não foram nem mesmo abordados nas assembleias realizadas. Entretanto, não obstante a esta realidade, diversos docentes insistem em pronunciar que ganhos foram obtidos. Outros ainda são capazes de se manifestar defendendo a continuidade do movimento, mesmo sem se vislumbrar qualquer possibilidade de se obter ganhos reais. Há que se respeitar, pois, representam opiniões, que devem ser ouvidas. Compartilhar do mesmo pensamento compete a cada um decidir.

Observou-se, porém, que assim como em 2012 e certamente em greves anteriores, a maioria dos docentes trabalhou normalmente durante o período de greve. A exceção foi em relação às aulas de graduação, que foram paralisadas. Conseqüentemente, apenas os estudantes de graduação foram prejudicados em diferentes aspectos que não precisam ser

aqui relacionados.

Seria justo, então, deixar que os alunos de graduação arquem com os prejuízos gerados por um movimento desta natureza? Muitos concordam que é injusto, mas que “sempre foi assim”. Significa que, embora a maioria tenha trabalhado regularmente em suas unidades durante o período em que perdurou a greve, as aulas de graduação devem ser repostas. Portanto, aulas deverão ocorrer nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, justamente no período em que muitos de nós estaríamos de férias. Isto é normal, afinal, deverá ser cumprido o número de dias letivos previstos no calendário acadêmico.

Se houve prejuízo para os docentes, não foi diferente para os estudantes de graduação, tanto para os que estariam ingressando na universidade quanto para os concluintes. Para aqueles docentes que possuem filhos realizando curso de graduação na UFG, vê-los em casa esperando pelo retorno das atividades não é algo prazeroso, para não dizer muito desconfortante.

Sem querer aqui criticar os docentes aposentados que também estão presentes nas assembleias, sua participação a favor da greve pode ser vista pela sociedade como conveniente e oportuna, pois, os ganhos obtidos podem também favorecê-los, o que é naturalmente justo. Somando-se ao fato de que todos continuam a receber seus vencimentos regularmente, estes fatores associados contribuem para fazer com que nossa classe perca credibilidade perante a sociedade que encontrará motivos para achar injusta e não merecida nossas reivindicações.

Portanto, há de se questionar se não haveria mesmo outra forma de pressionar o governo federal que não fosse através de greve. Este questionamento não possui resposta pronta, mas, provavelmente, em meio a tantos profissionais formadores de opinião, titulados e bem qualificados, haveria de surgir ideias novas merecedoras de apreciação.

Compete à classe profissional melhor qualificada e formadora de opinião encontrar uma forma mais eficiente de lutar para defender seus direitos e interesses que não seja através de “mais uma greve”. Temos dois anos até 2017 para desenvolver uma estratégia diferente, capaz de mostrar para o governo federal e para a sociedade em geral que os professores merecem consideração, valorização, respeito e admiração pelo trabalho que realizam. Certamente estes valores não serão conquistados com mais uma greve que, para alguns, já pode até mesmo ter data marcada para acontecer. Pensemos sobre isto!

*Professor da Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC-UFG)

Insalubridade: Jurídico defende professores

A Assessoria Jurídica protocolou em setembro uma ação de insalubridade dos professores de química da Regional Jataí/UFG. A Adufg Sindicato tem nos últimos meses convocado docentes que se encontram em situações semelhantes, que tiveram redução do adicional recente (2015), a comparecerem na Assessoria Jurídica para esclarecimentos a respeito da legalidade de eventual alteração da insalubridade do professor.

No último dia 07 de outubro, a Assessoria Jurídica reuniu professores filiados no sindicato para orientar sobre ações coletivas e individuais em casos de recebimento de adicionais de insalubridade.

A Adufg Sindicato entrou com mandados de segurança contra a UFG e em favor de professores que tiveram redução e até supressão dos adicionais, ou que não recebem o adicional devidamente, sem justificativas por parte da universidade.

O benefício, para docentes que exercem atividades sob risco de saúde, não tem equidade na UFG e sua apli-

cação não seria devidamente fiscalizada, o que geraria disparidades.

“A UFG não oferece EPIs (equipamentos de proteção individual) e não tem condições de aferir riscos no contato de docentes com agentes biológicos, químicos ou físicos”, disse o presidente da Adufg Sindicato, professor Flávio Alves da Silva.

“Precisamos da disposição do professor para o enfrentamento jurídico. Há medidas coletivas sendo encaminhadas. Mas as nominais tem mais chance de sucesso”, disse o advogado do sindicato, Elias Macedo, que ouviu reclamações de professores.

A Adufg Sindicato orienta docentes que se sentem injustiçados quanto aos adicionais de insalubridade a procurarem o Jurídico na sede administrativa do sindicato, no Setor Leste Vila Nova, ou no telefone 62 3202-1280.

Acompanhe mais ações da Assessoria Jurídica no site www.adufg.org.br/acoes-juridicas.

Coral Vozes da Adufg é elogiado em Goiás

Fábio Alves



O Coral Vozes da Adufg foi um dos destaques do 11º Encontro de Corais da Cidade de Goiás. A apresentação do grupo recebeu elogios da organização do evento, realizado na Igreja do Rosário, entre os dias 08 e 10 de outubro.

“Fomos muito técnicos e acabamos cumprimentados por nossa evolução”, disse a coordenadora do coral, professora Ormezinda Gervásio, que todos os anos organiza a participação do grupo no evento. Regente do Coral Vozes, o maestro Siro Pontes foi elogiado por Ormezinda: “Ele sempre nos contagia com sua animação na condução, é sempre muito bom”.



18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de
Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para
Assuntos dos Aposentados
e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 26
Outubro de 2015
Idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Projeto gráfico original
Cleomar Nogueira

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Diagramação
Bruno Cabral

Repórter
Fábio Alves

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Cegraf UFG

jornaldoprofessor@adufg.org.br

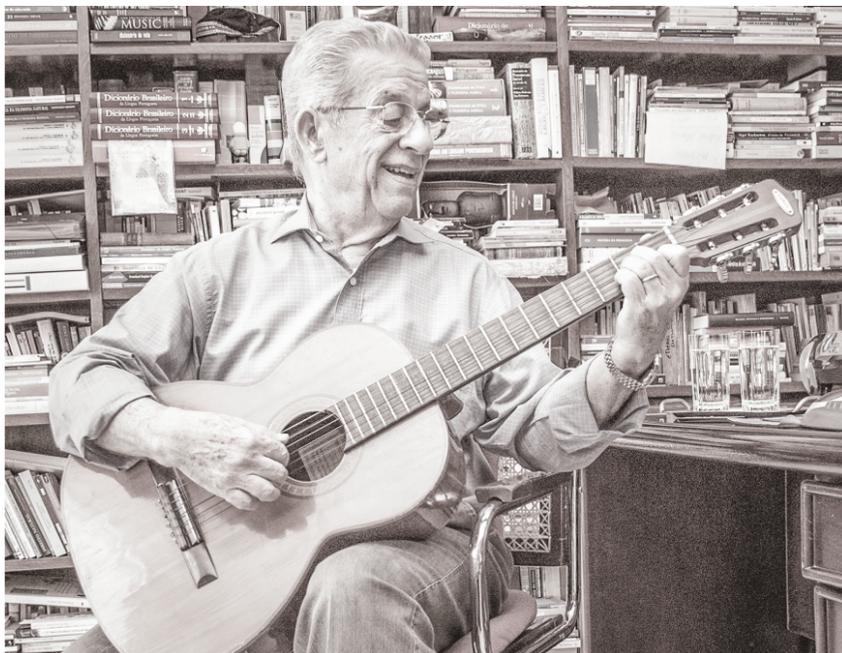
9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás
Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

REGISTROS DA VIDA DOCENTE

Fotos: Macloys Aquino



Docentes que brilharam nas páginas do JP – como Mariângela Estelita, Paulo Marçal e Joel Ulhôa – tiveram suas fotos ampliadas, emolduradas e expostas numa parede da Assessoria de Comunicação, na sede administrativa da Adufg Sindicato. São seis quadros até agora. Mas a ideia é expandir registros de momentos tão únicos da vida destes personagens da universidade.

O velho e o novo

Fábio Alves



Com a popularidade do celular, os telefones públicos do Campus 2 já quase não são mais usados, como este da Emac, a não ser na falta de bateria ou de crédito dos telefones móveis. Permanecem mais como resquícios de uma tecnologia passada.

CONSULTA ELETRÔNICA DEVE SER ROTINEIRA

Com dados de docentes filiados e não filiados, a Adufg Sindicato já tem condições para realizar consultas eletrônicas à categoria, para decidir desde questões corriqueiras, como datas e locais de eventos, até deliberações de assembleias. O Estatuto da Adufg já permite que decisões de assembleia possam ser tomadas virtualmente. A primeira experiência foi durante a greve de 2012. A propósito, o Proifes-Federação fará ainda este mês uma consulta nacional eletrônica a seus onze sindicatos filiados sobre o termo de acordo a ser assinado com o governo.

Inimigos

Do professor Peter Fischer, em seu perfil no Facebook: “Infelizmente, hoje nosso sindicato tem inimigos que só esperam uma oportunidade para entregar essa construção coletiva para um grupo que há muito tempo traiu nossa confiança”.

Caduco

De um ex-diretor do Andes: “Há 10 anos esta entidade não participa das conquistas econômicas das carreiras docentes. É uma concepção ultrapassada de democracia e de vida docente.”

Pau, pedra

Em Rondônia, a Justiça suspendeu as eleições na Adunir atendendo pedido da chapa opositora, que havia tido candidatura impugnada num suposto golpe da atual diretoria, filiada ao Andes. Cabe recurso.

Não fico

Na posse, o “novo” ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse ser inaceitável não cortar ponto de professor em greve. E que reposição de aula tem de ter qualidade. Marinalva Oliveira (Andes) saiu da sala.

Pé do ouvido

Representando o Proifes, o presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva, disse a Mercadante que ele deveria fazer, em 2015, como fez no acordo de 2012. O ministro disse estar à disposição para conversar.

Visita

A UFG abriu 30 vagas para professor visitante, com salários de até R\$ 17,4 mil. Inscrições em apenas 15 dias, entre 14 e 30 de outubro. Seleção por análise de currículo e os contratos de um ano são prorrogáveis por até seis.

Segurança

A professora Bartira Macedo, da Faculdade de Direito, é, junto a um policial rodoviário, representante de Goiás no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Violência

A organização, responsável pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, acaba de divulgar que o Brasil, com 2,8% da população mundial, concentra 11% dos homicídios no mundo.

Na UFG

A propósito, a comissão de segurança da UFG convoca a comunidade acadêmica para audiências públicas em todas as regionais. Em Goiânia, os debates ocorrem de 17 a 19 de novembro.

Doenças de pobres

O Prêmio Nobel de Medicina 2015 foi concedido a descobertas ligadas a malária e verminoses, doenças tropicais que afetam principalmente países pobres.

Brasil lidera

“O Brasil é o país do mundo com o maior número de doenças negligenciadas. Subnotifica, ignora, esquece”, disse Marco Tulio García-Zapata, pesquisador do IPTSP.

Escasso

Em entrevista ao JP em maio deste ano, o professor criticou a falta de investimento da UFG na área da Medicina Tropical.

Sustentabilidade

Francine Calil (EA) ficou com o 3º lugar na Categoria Tecnologia, do Prêmio von Martius de Sustentabilidade, como o projeto “Da Viabilidade Econômica à Sustentabilidade”.

Indenização

Representado pela Adufg, um professor do IPTSP ganhou na Justiça direito a reembolso e indenização moral contra um fornecedor de São Paulo. Ele havia comprado, com recursos da Fapeg, um microscópio para sua pesquisa, que não chegou.



prestação de contas

Julho de 2015

1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	255.693,46
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	367,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.569,78
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	617,85
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R\$	258.248,09

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	31.007,67
2.1.2- Encargos Sociais	34.477,04
2.1.3- Seguro de Vida	378,55
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	1.552,97
2.1.5- Ginástica Laboral	0,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	400,05
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	25.596,56
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	725,44
Total R\$	94.138,28

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.557,25
2.2.2- Despesas com Correios	3.595,04
2.2.3- Energia Elétrica	2.912,19
2.2.4- Honorários Advocáticos	7.939,80
2.2.5- Honorários Contábeis	2.758,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	491,16
2.2.7- Serviços Gráficos	3.415,27
2.2.8- Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	3.185,36
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	528,00
2.2.11- Hospedagem/manutenção/layout do site	2.740,69
2.2.12- Vigilância e Segurança	478,80
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.722,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	1.767,49
2.2.17- Água e Esgoto	568,92
Total R\$	34.659,97

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	3.294,36
2.3.2- Despesas com Coral	1.741,25
2.3.3- Diária de Viagens	11.645,40
2.3.4- Tarifas Bancárias	155,92
2.3.5- Lanches e Refeições	677,68
2.3.6- Quintart	3.805,65
2.3.7- Patrocínios e doações	3.876,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	2.550,00
2.3.9- Festas/Reuniões	0,00
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	1.624,40
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	621,84
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	6.637,76
2.3.13- Hospedagens Hotéis	1.210,55
2.3.14- Material de expediente	2.057,08
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	2.600,00
2.3.16- Outras despesas diversas	4.380,78
2.3.17- Manutenção e Conservação	2.117,92
2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	356,16
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	0,00
2.3.22- Cópias e autenticações	132,93
2.3.23- Sabadart Jataí	3.583,53
Total R\$	53.069,21

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	4.536,64
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	21.737,89
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	1.105,28
Total R\$	27.379,81

2.5- Repasses e Aplicações	
2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	10.199,47
2.5.2- Aplicação CDB	0,00
Total R\$	10.199,47

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$ 219.446,74

3- Resultado do exercício 07.2015 (1-2) 38.801,35

4- Atividades de Investimentos	
4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	894,25
4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6- Outras Imobilizações	1.703,00
Total R\$	2.597,25

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R\$	0,00

Total Geral dos Investimentos R\$ 2.597,25

5- Resultado Geral do exercício 07.2015 (3-4) 36.204,10

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> jornaldoprofessor@adufg.org.br

Não discuto o essencial do conteúdo crítico da carta do professor Nilo Sérgio Troncoso Chaves, publicada na última edição do JP. Existem porém alguns pontos a serem considerados no evolover dos anos:

a) Desde a fundação da Adufg, em 1978, seu papel foi parcialmente exercido em favor das reivindicações dos docentes, mas nem todas atendidas. As atendidas o foram por um ministro que era general de brigada. Seu antecessor, professor Eduardo Portela, ingressou no poder graças a um irmão do presidente Figueiredo, e a ele se sujeitou. Apesar dos pesares, nos limites de sua presença ambigua no MEC, propôs uma reestruturação do Magistério Superior e inclusive a introdução da licença sabática, mas foi impedido.

b) Até hoje os professores e seus sindicatos não têm a força necessária para pressionar o governo federal. Os intermediários nem sempre têm a retaguarda para decidir. Sempre se referem aos de cima.

c) Quando da implantação do Regime Jurídico Único, já aprovado o texto constitucional, cheguei a pensar, em minha utopia, na proposta de instituição do Magistério Superior Oficial como carreira típica de Estado. Infelizmente, à época, a modificação do texto do Artigo 206 da Constituição Federal alterou em muito as minhas ideias. De fato, esperava que uma decisão do STF, em face da Adin 1620, viesse a ser consolidada. Mas, a alteração do Art. 206 e a manifestação contrária e posterior do então procurador-geral da República, tido como engavetador, tornou-se um impedimento.

d) Uma medida de universalização precisa ser tomada: a isonomia dos docentes das universidades federais. Há casos radicais. Por exemplo o de meu irmão, falecido, que como professor Adjunto 4 da UFRJ percebia como proventos R\$ 20 mil. Qual o professor da UFG, Adjunto 4, ou que não tenha exercido função comissionada, percebe esse valor?

Hélio Furtado do Amaral,
professor aposentado da UFG.

Odontologia além dos 70 anos

História de uma das primeiras faculdades da UFG se mistura com os 55 anos da amizade entre os professores aposentados Mozart Baptista e Gil Sebastião

O passado é nítido na memória de Mozart Baptista. Se alguma data lhe escapa, Gil Sebastião o auxilia: “Todo ano tenho que lembrá-lo, no dia 17 de dezembro nós nos formamos em Odontologia. No dia 14, a UFG foi criada”. Isso era 1960.

Os professores, amigos há 55 anos, desde a época do colégio, estão sentados lado a lado em uma das salas de espera da clínica onde atendem desde 1977, no setor Oeste, em Goiânia. Ambos ainda trabalham. Mozart mantém o pique de sempre e “não para nunca”. Gil tem frequência menor, mas segue fazendo “o que mais gosta”.

A história dos dois se mistura com a da Faculdade de Odontologia e da própria UFG. Dos 70 anos da FO, comemorados em 2015, Gil esteve presente como professor por 26 anos, a partir de 1968. Mozart deu aulas por 28 anos, desde 1964.

Os dois se formaram quando a FO ainda fazia parte da Fundação Vicente de Paula. Mozart, presidente do Centro Acadêmico de Odontologia em 1960, foi um dos organizadores da histórica manifestação que ajudou na criação da UFG, com a incorporação das Faculdades de Odontologia e Farmácia ao projeto da universidade federal.

“Num tempo em que Goiânia era pequena, com mato acima da canela, ruas de terra e quase todos eram católicos, nós fizemos o enterro simbólico do Dom Fernando (Gomes dos Santos, um dos principais opositores ao projeto). Foi uma confusão. Saímos da Rua 20 e fomos parar na Praça do Bandeirante. Carregamos caixão, velas e tudo mais. Essa exposição alavancou o projeto e meses depois veio a UFG”, relembra Mozart.

Para a criação da UFG, em 1960 foram reunidas as faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia, de Engenharia, de Medicina e o Conservatório de Música.



Gil Sebastião e Mozart, na clínica onde são sócios desde 1977: companheirismo



Arioldo Teles, professor desde a década de 70, orienta no ambulatório da FO

No fim da década de 1980, os professores lutaram contra a mudança de endereço da FO: “Queriam que a Odontologia fosse para o campus II e Farmácia ficaria com o prédio. Teve uma congregação. Eu fui um dos que gritei e me posicionei contra ir pra lá. Goiânia ainda era pequena e levar a faculdade lá pra longe, longe do povo, não fazia sentido”, explica Mozart.

Para o professor Gil, “eles não estavam olhando o lado da saúde pública”. “Conseguimos fazer com que construíssem o prédio novo aqui no Universitário e, quando nós vimos, colocaram de novo a Farmácia junto. Só agora (2014) é que foram separar.”

Olhando hoje para a FO e para a universidade, Gil e Mozart percebem as mudanças. Umas melhores, outras nem tanto. “Ainda me lembro do Gedy (Marques) carregando a esposa (Maria Aparecida) na bicicleta pela terra e mato que era essa Praça Universitária. Todos eram muito unidos. Os professores sabiam das condições difíceis dos alunos. Muitos vinham do interior e não tinham muito. Éramos uma família”, saboreia Mozart.

A cidade ganhou asfalto, concreto e as bicicletas cederam lugar aos carros e ônibus. As relações pessoais, mesmo dentro da universidade, no entanto, ficaram mais frias. “Tudo mudou muito. O mundo mudou demais. Aquele respeito ao mestre acabou”, lamenta Arioldo Teles, ex-aluno de Gil e Mozart na década de 1970 e docente da FO desde 1977.

Quando perguntados se se recordavam de Arioldo, Gil e Mozart confirmaram rapidamente. Ao escutarem o apelido Bizotinho, revelado pelo próprio Arioldo ao **JP**, Gil detalhou: “É mesmo. Ele sempre andava com o Célio Bizzotto, um dos grandes professores da faculdade”. Naquela época tínhamos mais calor humano. As relações eram maravilhosas”, completou Mozart.

Quando perguntados se se recordavam de Arioldo, Gil e Mozart confirmaram rapidamente. Ao escutarem o apelido Bizotinho, revelado pelo próprio Arioldo ao **JP**, Gil detalhou: “É mesmo. Ele sempre andava com o Célio Bizzotto, um dos grandes professores da faculdade”. Naquela época tínhamos mais calor humano. As relações eram maravilhosas”, completou Mozart.

Memorial resgata história da unidade

Para celebrar seus 70 anos, a FO lança em outubro o projeto “Memorial da Faculdade de Odontologia”. A ideia é montar acervo com documentos históricos, equipamentos didáticos usados ao longo dos anos, trabalhos antigos – alguns feitos à mão por professores –, quadros de formaturas e registro fotográfico de docentes e funcionários que contribuíram com a instituição.

“Minha geração tem como referência professores de muita distinção. Há um respeito grande por quem passou por aqui e interesse em resgatar nossa memória”, explica a atual diretora da Faculdade de Odontologia, Enilza Paiva, formada na unidade em 1982 e professora desde 1991.

Coordenadora do projeto, a servidora Helen Sandra Paiva diz que muitas ideias estão sendo trabalhadas e que uma sala foi separada para expor o acervo.

A FO foi fundada em 12 de outubro de 1945, com o nome Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás. Em 1960, a instituição foi uma das cinco que deram origem à UFG.



Enilza Paiva, diretora da FO: ações para perpetuar a memória da faculdade

Nova perspectiva

Opositora ao Andes, a nova presidente da Adufrj-SSind, Tatiana Roque, conta nesta entrevista exclusiva ao JP como seu grupo venceu a hegemonia de mais de 30 anos do sindicato nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A vitória da Chapa 2 se deu por uma diferença de quase 300 votos: foram 883 a 594, numa das eleições mais participativas da universidade. O resultado, divulgado no último dia 14 de setembro, pode reconfigurar o movimento docente nacional, sendo a UFRJ a maior universidade federal do Brasil.

Formada por maioria de docentes sem vivência sindical, mas com ampla experiência acadêmica e administrativa – são chefes e ex-chefes de unidades e de programas de pós-graduação –, a nova diretoria da Adufrj sintetiza uma nova forma de representação docente surgida no sentimento de descontentamento com as práticas do Andes.

“O modo centralizado como a greve é construída, de cima pra baixo, um processo não participativo, com as pautas centralizadas no sistema do Andes. Isso é que esvazia a universidade e a mobilização, as greves acabam burocráticas”, diz Tatiana.

Fotos: Aline Macedo/Especial para o JP

Tatiana Roque

Ingressou na UFRJ em 1996, no Instituto de Matemática (IM). É doutora em Ensino e História da Matemática pela UFRJ, com sanduíche na França, e uma das criadoras do programa de pós-graduação em Ensino de Matemática. Militante dos Direitos Humanos e defensora das ações afirmativas nas Ifes, nunca participou de gestão sindical. Seu pai, professor de Ciências Sociais da UFRJ, foi cassado e assassinado por militares durante a ditadura no Brasil.



derrota o Andes

Jornal do Professor - De onde veio o descontentamento com a condução ou as práticas do sindicato?

Tatiana Roque - Sempre tivemos descontentamento em relação à construção das pautas e das greves pelo sindicato. O modo centralizado como a greve é construída, de cima pra baixo, um processo não participativo, com as pautas centralizadas no sistema do Andes. A greve é colocada de uma forma maniqueísta, ou se é favor ou contra, não há debate de como deve ser, essa é a nossa questão. Para a gente a greve deve ser um acúmulo de mobilização e não a primeira medida. Isso é que esvazia a universidade e a mobilização, porque as greves acabam burocráticas.

JP - Burocráticas no sentido de greve institucionalizada? A greve deixa de ser um ato político e passa a ser uma questão administrativa, é isso?

Tatiana - Existe uma pressão nos conselhos (superiores da universidade), que não nos compete como sindicato. Havia uma tentativa de forçar a entrada em greve justamente porque ela é desmobilizada. Isso provocou muito descontentamento.

JP - Foi assim na greve de 2012?

Tatiana - Não, a greve de 2012 foi mobilizada. Principalmente porque muitos professores novos entraram no movimento, mas muitos se decepcionaram com o *modus operandi* da greve. Perceberam o mecanismo burocrático, o modo como se entra e se sai da greve. Mas essa foi uma greve orgânica, tanto que não me opus. Não fui contra como a essa de 2015.

JP - A greve de 2015 foi um sinal de mudança. Como vocês leram essa realidade e construíram o grupo vitorioso?

Tatiana - De uma maneira muito espontânea. O grupo surgiu nas próprias assembleias, a partir de uma grande insatisfação. Em maio, 300 professores foram contra a entrada na greve, 199 a favor. Logo depois marcaram assembleia em um lugar onde poucos professores trabalham, e não constava indicativo de greve na pauta. Isso revoltou muito os professores. Com a greve derrotada anteriormente, deveria ter o indicativo. E com uma diferença de vinte e poucos votos aprovaram a greve, numa assembleia com 400 professores. Isso gerou um movimento de insatisfação, daí se seguiu uma organização que levou à candidatura. Claro que havia um grupo que já se conhecia de outros momentos de insatisfação, mas aí a coisa ganhou corpo. Esse grupo começou a se colocar nas assembleias, pedia a palavra para falar contra essa greve. Se constituíram afinidades entre pessoas que não são contra a greve em si, mas críticas do modo como a greve foi construída. Isso nos uniu para transformar essas práticas de centralização, de desqualificação de opiniões contrárias, maniqueístas e que só polarizam as opiniões. Nossa proposta é ouvir os professores, mesmo que a gente discorde.

JP - Essa vitória na Adufrj é muito significativa para o movimento docente, a UFRJ é a maior universidade federal do Brasil e a seção é a mais influente do Andes. Como será a relação com o sindicato nacional?

Tatiana - Nosso objetivo é continuar no Andes, influenciar de dentro para transformar essas práticas. Não sabemos o que vamos conseguir. Vamos tentar conversar melhor, mas ainda não sabemos muito bem como será. Vamos tentar conversar para mudar essa prática de deflagrar greve como início das negociações. A greve deve ser guardada para um momento chave. Primeira coisa greve, depois negociação, isso está errado. E tem que discutir a representação do Andes. Universidades estaduais e privadas, será que todas participam das greve das Ifes?

JP - Como define a atual diretoria da Adufrj? Perfil mais sindical, associativo, acadêmico?

Tatiana - A nova diretoria é composta por pessoas de esquerda, apesar de não ligadas a partidos políticos. Tem uma visão democrática da universidade, todos participaram no movimento pela abertura e democratização da universidade. Compartilhamos a visão de que a mudança da universidade nos últimos anos, tanto no perfil dos estudantes como dos docentes, é muito positiva. Esse é um ponto de convergência. Muitos são diretores e ex-diretores de unidades, coordenadores de pós, de graduação. Então temos uma experiência dentro da universidade. Isso pesou na eleição. Inspiram confiança porque são pessoas sempre inseridas em projetos. É um fator positivo muitos não terem vivência sindical. Se queremos mudar as práticas, precisamos de pessoas que não sejam marcadas.

JP - Qual será a relação com Proifes e com sindicatos independentes?

Tatiana - A gente quer conversar com todos os sindicatos que tenham experiência de repensar práticas de discussões, mecanismos de consulta, sem diferença de grupo político. Nosso compromisso é permanecer no Andes. Mas vamos conversar para conhecer as outras experiências. Queremos saber como funcionam outras sessões sindicais do Andes e sindicatos locais, filiados ao Proifes ou independentes. Vamos abrir um ciclo de debates sem tabu. Não significa que vamos nos filiar a outra federação. Prometemos e vamos cumprir a promessa de ficar no Andes.

JP - Como tem sido a reação dos andesinos, professores mais ligados ao Andes?

Tatiana - Desgastante, mas não foi tão traumático. Houve ataques, mas é parte do jogo eleitoral. Nada fora do normal, conseguimos manter o nível do debate. Mas saberemos mesmo depois de assumirmos. Não temos problemas nenhum com as antigas direções, vamos conversar porque há pontos de convergência. Por exemplo, os cortes (no orçamento das universidades), o fim do abono permanência, o congelamento dos concursos, o adiamento do aumento, somos todos contra essas medidas. Outro ponto comum é a defesa da universidade pública, ninguém é a favor da privatização. Vamos nos unir em torno desses pontos, mas há questões pontuais. Não concordamos com a carreira do Andes, por exemplo.

JP - Como projeta relação com a reitoria da UFRJ?

Tatiana - Acho que vai ser boa, temos toda disposição de colaborar com a reitoria, o momento é importante na luta contra os cortes, a reitoria

é aliada nessa luta. Vamos colaborar nesse sentido, esperamos colaborar.

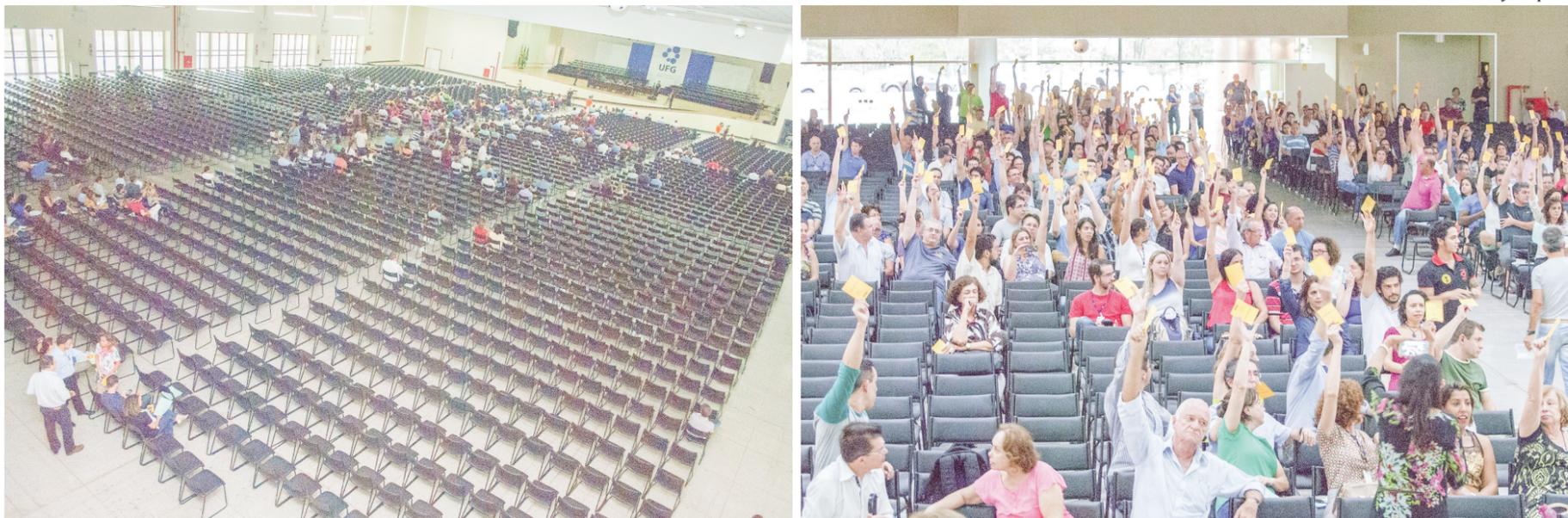
JP - Como o movimento docente pode contribuir para as questões da política, da economia e da sociedade brasileira?

Tatiana - É um ponto da nossa plataforma de campanha. Universidade contribuindo para pensar problemas crônicos da sociedade, ajuste fiscal, educação. Pretendemos criar espaços de debate do papel da universidade na sociedade. Isso é muito importante porque precisamos desse apoio da sociedade. É muito importante que essa relação se dê de modo positivo e não só negativo, como costuma acontecer em momentos de greve. Tivemos aqui um movimento de pais do CAP (Colégio de Aplicação), que eram contra a greve. O apoio deles seria muito importante em uma greve, porque eles exprimem a relação da sociedade com a universidade. Eles poderiam nos apoiar caso a relação se desse de outro modo. Estavam preocupados com os filhos em casa, queriam pensar outras formas de luta e estavam dispostos a ir pra rua apoiar as lutas. Seria muito bom ter esses pais mobilizados a nosso favor e não contra a gente. Primeiro queriam apenas a excepcionalidade do CAP na greve e no final acabaram ficando contra a greve. Não foram ouvidos no pedido de excepcionalidade, foram até ao Ministério Público e um grupo foi para imprensa, o que é ruim para a imagem da universidade. Isso foi consequência do modo como a greve foi decidida, sem conquistar apoio prévio.



Tatiana Roque: "É fator positivo não termos vivência sindical"

Fotos: Macloys Aquino



A assembleia do dia 30 de setembro começou vazia. Mas no momento da votação eram quase 530 pessoas. A maioria chegou da metade para o final da seção apenas para votar e encerrar a greve, num sinal de que não queriam debate

Uma greve e nada mais

Sem resultado positivo, sem mobilização orgânica da categoria e sem aprofundar o debate sobre a vida docente no contexto da educação superior no Brasil, a greve na UFG em 2015 terminou enfraquecida, colocando a própria tática em questão

Iniciada em 1º de agosto e encerrada dois meses depois com um acordo de reajuste salarial abaixo da inflação (5,5%) e que só valerá em agosto de 2016 (mais 5% em janeiro de 2017), sobrou aos docentes da UFG um sentimento de derrota ao final da greve de 2015.

Sentimento esse aflorado na vontade com que a plenária encerrou a greve na assembleia geral convocada pela Adufg Sindicato, no dia 30 de setembro. Na presença de 530 docentes, os votos pelo fim da paralisação dispensaram contagem, se deram por contraste visual. Maioria esmagadora.

O descrédito na greve surgiu nas falas. “Não tem cabimento esvaziarmos a universidade e imaginarmos que vamos fazer discussões com profundidade. Tudo que está sendo dito aqui, de que temos de lutar, temos de fazer no cotidiano de nossas atividades”, disse o professor Romualdo Pessoa, do Instituto de Estudos Sócio Ambientais (Iesa).

Ele foi um dos que defendeu a greve no início. “Fui dos primeiros a vir aqui à frente de-

fender a greve. Mas logo vi que deveríamos ter voltado antes. Porque passamos a ter certeza da fragilidade e incapacidade do governo de responder aos nossos anseios”, argumentou.

“Me convenci da incapacidade de discutirmos questões essenciais em movimentos de greve. Essa discussão tem que ser no dia a dia, dentro da universidade. Não precisamos de greve para fazer discussão”, disse.

“A greve tinha dois objetivos, reforçar a necessidade de impedir os cortes de verbas nas universidades e a discussão de nosso salário. A greve não conseguiu sequer manter o reajuste para o início de 2016. Como vamos julgar que ela foi importante? Ela só serviu para atrasar em dois meses as nossas atividades para além de 2015”, emendou, muito aplaudido.

Instigado

Tímido, o professor da Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC), Wander Gonçalves da Silva não costuma tomar a palavra em assembleias do sindi-

cato. Mas, indignado com os caminhos do movimento, não se conteve na última reunião.

Assumiu o microfone. “Pela segunda vez falo numa assembleia. O que não é tão fácil. Pela presença de vocês a gente acaba constrangido e inseguro para falar. Mas percebo que é muito mais fácil falar hoje do que falar no dia 5 de agosto (assembleia anterior)”, começou.

“No meu ponto de vista, nossa greve era inapropriada e inoportuna, dadas as circunstâncias da conjuntura do país e do governo. Não era interessante. Nós deveríamos pensar em formas alternativas para pressionar o governo. Qual delas? Não sei responder, mas a greve definitivamente não seria uma delas. Em 2015 nós infelizmente não conseguimos nada. Efetivamente. Proposta que era pra quatro anos e foi para dois anos, que vitória foi essa? Não foi vitória alguma”, disse calmamente.

“Meus alunos me perguntavam todos os dias ‘quando essa greve vai acabar?’ Fico pensando no Cepae. Quantos não perderam com essa greve?”, finalizou, aplaudido.



Romualdo Pessoa, do Iesa: “A greve só serviu para atrasar em dois meses nossas atividades para além de 2015”



Flávio Alves da Silva conduz a mesa: “Não vou permitir que atentem contra o estatuto da Adufg”, disse, quando professores tentaram levar a discussão para a luta política



João Alberto (centro) alertou para projeto da Andifes que, em busca da autonomia universitária, daria superpoderes a reitores: “Esta foi a última greve contra o MEC. A próxima será contra o reitor da UFG”

Avaliação não é só econômica

Presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim aguarda resposta do governo à contraproposta da entidade para fazer análise final do movimento em 2015

O presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim (UFRGS), entende que avaliar a greve apenas por resultados econômicos pode não ser o melhor caminho. Perguntado pelo **JP** sobre a eficiência da greve, Rolim ressalta a importância da articulação e mobilização da categoria.

“Ainda não temos como fazer essa leitura (se a greve foi de fato proveitosa), porque o processo de negociação ainda não terminou. Só a partir do dia 30 (de outubro) poderemos avaliar”, disse.

Após a apresentação final da proposta do governo – com reajuste de 5,5% e 5%, para agosto de 2016 e janeiro de 2017 – o Proifes pediu ao governo federal que ao menos 1/3 dos valores a serem recebidos no plano de reestruturação de carreira sejam pagos em agosto de 2017.

Há outros pontos na contra-

proposta do Proifes, como exigência de correção de distorções e injustiças causadas por interpretações equivocadas da Lei 12.772, editada após a greve de 2012, que ajustou pontos da carreira e conferiu os últimos reajustes à categoria.

A greve de 2015 teve impacto na decisão do governo?, perguntamos ao presidente do Proifes. “Sempre tem, foi importante, mas temos que avaliar que o momento político do país é complicado”.

Rolim ressalta que cinco categorias tiveram avanços apenas razoáveis, os técnico-administrativos, integrantes Planos Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), agropecuários e servidores do INSS. “Todos tiveram entre 5,5% e 5%, além de algumas questões específicas. Isso, com algumas categorias em greve e outras não. Os resultados foram muito parecidos”, reconhece Rolim.

‘Consciência política deve ser individual’

“Temos de ter a capacidade de agir com autonomia, de acordo com a nossa consciência, falar o que a gente pensa. Essa é a grande forma de protesto, independente do meu sindicato, de linha ideológica ou de luta coletiva”, disse o vice-presidente do Proifes-Federação e da Adufg Sindicato, Daniel Christino durante a assembleia que encerrou a greve na UFG.

“A minha individualidade enquanto professor deve refletir os meus princípios e a minha busca pela verdade. Enquanto houver isso, nós estamos resistindo e não

precisamos de greve para isso”, completou o professor da FIC.

“Não tenho formação sindical e em movimentos de greve. E não acho que a greve tenha efeitos no geral. Entendo a importância histórica da greve para o movimento sindical. Mas no cotidiano prefiro tentar me posicionar contra o governo, contra a pauta do governo ou contra atitudes políticas do governo que contradizem meus princípios pessoais ou até o ponto em que esses princípios não se coadunam com a liderança política da minha categoria”, refletiu Daniel.

Assessoria de Comunicação do Proifes Federação



Presidente e vice-presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim (acima) e Daniel Christino (abaixo)



Macloys Aquino

Tempo de greve das Ifes em 2015

4 MESES	TRÊS MESES	NÃO HOUE
AC (Adufac)	PB (Adufcg)	DF (Adunb)
AL (Adufal)		ES (Adufes)
AP (Sindufap)	DOIS MESES	MG (Apubh)
AM (Adua)	GO (Adufg)	PE (Adufepe)
BA (Apub)	MG (Adufop)	SC (Apufsc)
CE (Adufc)	RR (Sesduf-rr)	SP (Adunifesp)
MA (Sindufma)	RJ (Adufrj)	RN (Adurn)
MT (AdufMat)	PI (Adufpi)	RS (Adufrgs)
MS (Adufms)		
PA (Adupa)	UM MÊS	
PB (Adufpb)	PR (Apufpr)	
SE (Adufs)		
TO (Sesduft)		
RO (Adunir)		

Ricardo Pavan em um dos estúdios da Rádio Universitária



Rádio perde recursos e identidade

Ricardo Pavan, da FIC, critica mudanças produtivas e ressalta o meio como espaço privilegiado nas mediações sociais e culturais

A sete anos de completar um século no Brasil, o rádio passou por modificações que não lhe deixam muito o que comemorar. As profundas reordenações produtivas do meio, devido às mudanças tecnológicas das últimas décadas, provocaram perda de recursos. E consequentemente de identidade.

O regionalismo das transmissões dá lugar às programações retransmitidas de grandes centrais ou às listas de músicas embaladas por grandes investimentos de gravadoras. Os chamados “jabás” – paga-se para veicular determinado artista.

O rádio está “abrindo mão de sua identidade, tornando-se insípido e inodoro”, afirma o professor Marcelo Kischinhevsky (UERJ), no artigo “Amigo ouvinte, o locutor perdeu o emprego: Considerações sobre o processo de automação nas rádios FM do Rio de Janeiro”, de 2008.

Ricardo Pavan, professor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), e coordenador dos laboratórios de rádio do curso de Jornalismo, aponta para a crescente pobreza na produção de conteúdo e a falta de investimentos em profissionais capacitados para trabalhar no rádio.

O avanço de outras mídias derrubou a

captação de anúncios publicitários e “o rádio virou o primo pobre dos meios de comunicação”, ressalta o professor.

Para conter gastos, os empresários optam por cortar programadores, operadores, arquivistas, repórteres e locutores, substituindo-os por vinhetas, programações musicais extensas e sem curadoria, e retransmissão de programas de rede nacional ou internacional.

Os profissionais remanescentes são sobrecarregados. “Há um problema sério. Existem muitos radialistas que sofrem com alcoolismo. É uma profissão muitas vezes solitária e que exige muito do trabalhador”, alerta Pavan.

No curso de Jornalismo, o professor ressalta a importância do rádio como espaço privilegiado nas mediações sociais e culturais. “Para um rádio de qualidade é necessário que se dialogue, dando voz às comunidades. É importante dar espaço às tradições regionais, às músicas de diferentes estilos. E é necessária a interação com outras mídias, através da internet.”

“Os donos de rádio preferem dar o ópio ao povo quando tocam o que já está sendo tocado por aí. E então você pensa o tanto de coisa boa que a gente nunca vai ouvir nessa vida por conta dessa opção da mídia”, reflete.

“ PARA UM RÁDIO DE QUALIDADE É NECESSÁRIO QUE SE DIALOGUE. É IMPORTANTE DAR ESPAÇO ÀS TRADIÇÕES REGIONAIS, ÀS MÚSICAS DE DIFERENTES ESTILOS

Ricardo Pavan

Coordenador dos laboratórios de Rádio da FIC

‘Ensino pelo rádio é mais honesto’

O rádio sofre de certo preconceito e é visto como uma mídia inferior. Ter como principal característica a oralidade e a falta de produção qualificada de grande parte dos veículos em atividade são alguns dos principais motivos, explica Ricardo Pavan.

A interpretação é compartilhada até mesmo por alguns alunos de Jornalismo que acabam deixando de lado a área. Pavan, no entanto, frisa que “além de ser um espaço ideal para o debate e a cultura, para o ensino, o rádio é dinâmico e, de certa forma, mais honesto com o público. Não é montado como na TV, por exemplo. Se tem um erro ou situação engraçada, o rádio não vai esconder. Não tem jeito.”

“Outro dia, meu irmão, que apresenta um programa numa rádio do Sul, recebeu no estúdio uma turma de alunos, todos juvenzinhos. Ele perguntou quem queria falar ao vivo, quando abriu o microfone, um garotinho fanho, naquela emoção de participar, assumiu o microfone e foi a maior festa. É essa espontaneidade e verdade que infelizmente o rádio está perdendo.”

Design de Moda se destaca na UFG e em todo Brasil

No corredor da FAV, uma simpática funcionária terceirizada se aproxima de Adair Marques, coordenador do curso de Design de Moda da UFG, e pergunta se ele faz roupas. Com a confirmação recebida por um sorriso, ela diz que não consegue comprar roupas que lhe agradam, por ser baixa e ter ombros largos. Adair logo se prontifica e diz que em breve produzirá algumas peças: “Vamos pensar em algo que você goste.”

Alguns passos à frente, o professor analisa a cena: “A moda tem que ser individual. Tem que ter diversidade. Ser para uma pessoa uma identidade. A indústria padroniza roupas e as pessoas acabam presas ao que está nas lojas.”

Algumas propostas do Design de Moda, curso criado na UFG em 1996, são capacitar alunos a compreender de forma crítica o contexto sociocultural em que estão inseridos, e trabalhar a pluralidade nas produções.

Com 90% de professores doutores e cinco laboratórios específicos, o curso ganhou destaque em avaliações nacionais nesse ano: cinco estrelas, que é a nota máxima, no Guia do Estudante da editora Abril e oitava posição no ranking universitário da *Folha de S. Paulo*, o curso mais bem avaliado da UFG (*leia mais nesta página*).

Adair tem as avaliações como reconhecimento do trabalho dos docentes, enaltece a estrutura da faculdade e elogia os alunos. “Nossos egressos estão conquistando espaços cada vez maiores. Alguns retornam como professores depois de terem adquirido experiências valiosas em outras regiões e países.”

Em Goiás, existem mais de quatro mil empresas na área de moda. É a segunda área que mais emprega no país – atrás da construção civil. Grande parte da produção, no entanto, é de design, que “segue um caminho que já existe”, explica o professor. Moda é um campo mais amplo e um dos desafios do curso é fazer com que se possa trabalhar a diversidade, pouco presente na indústria.

Dois docentes de curso são responsáveis por projetos de extensão aprovados pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt), do MEC. Adair mantém o “Saberes e ofícios em comunidades regionais”, que abrange várias áreas do conhecimento para ressaltar a importância de culturas tradicionais. A professora Lavínia Seabra coordena o “Moda na escola”, que envolve alunos do curso e de escolas de ensino primário público municipal.

Com excelência em avaliações nacionais, curso tenta transpor as barreiras da indústria pelo ensino crítico

Fábio Alves



Números

8º é a posição do Design de Moda da UFG no País, pelo ranking da Folha

90% dos docentes do curso são doutores

Adair, coordenador da Moda: reconhecimento do trabalho de docentes, estudantes e da estrutura do curso

“ A MODA TEM QUE SER INDIVIDUAL. TEM QUE TER DIVERSIDADE. SER PARA UMA PESSOA UMA IDENTIDADE. A INDÚSTRIA PADRONIZA ROUPAS E AS PESSOAS ACABAM PRESAS AO QUE ESTÁ NAS LOJAS ”

Fisioterapia entre os mais mal avaliados da UFG

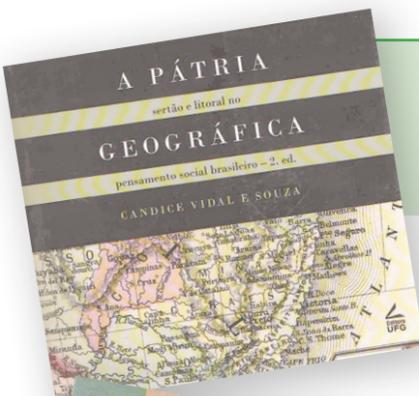
Na avaliação dos 40 cursos de graduação com mais ingressantes no Brasil, feita pela *Folha de S. Paulo*, Design de Moda teve a melhor colocação entre todos os outros da UFG. O curso foi considerado o oitavo melhor do país. No quesito “Ensi-

no”, foi eleito o terceiro melhor.

Da UFG, também se destacaram Computação (10º), Design (11º), Nutrição (12º), Agronomia (13º) e Farmácia (13º). Dos avaliados, os piores colocados da UFG no ranking da *Folha* foram Fisioterapia (101º), Engenha-

ria Mecânica (58º) e Jornalismo (54º).

Os critérios de avaliação foram baseados principalmente na quantidade da produção acadêmica, nas notas dos alunos no Enade e na reputação da instituição no mercado de trabalho.



A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro

Candice Vidal e Souza / Editora UFG / 174 páginas

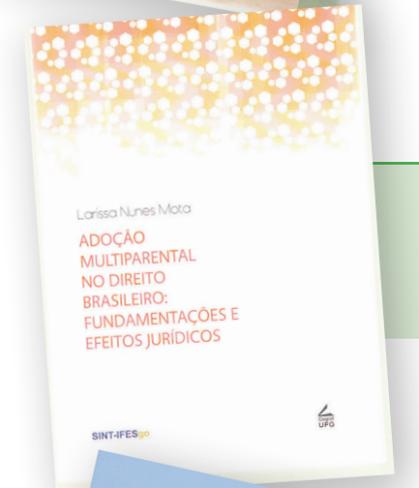
Examina uma das narrativas mais emocionadas do pensamento social brasileiro. Com a curiosidade e a competência que a caracterizam, Candice Vidal e Souza trilha o percurso histórico/ mítico da narrativa mestra que conta a resistência dos vigorosos sertões perante o projeto civilizador litorâneo, desde o evento fundante do bandeirantismo até o movimento de incorporação das fronteiras da década de 70.



Descolonização de Angola e de Moçambique: o comportamento das minorias brancas (1974-1975)

Fernando Tavares Pimenta / Editora UFG / 118 páginas

Este livro coloca em perspectiva o comportamento político das minorias brancas coloniais durante os processos de independência de Moçambique e de Angola no biênio 1974/1975. O objetivo é construir um conhecimento mais estruturado sobre a descolonização portuguesa na África Austral, tendo em consideração as dinâmicas políticas internas das sociedades coloniais, nomeadamente as que foram produzidas pelas respectivas comunidades brancas.



Adoção multiparental no direito brasileiro: fundamentações e efeitos jurídicos

Larissa Nunes Mota / Coleção Companheiros / 100 páginas

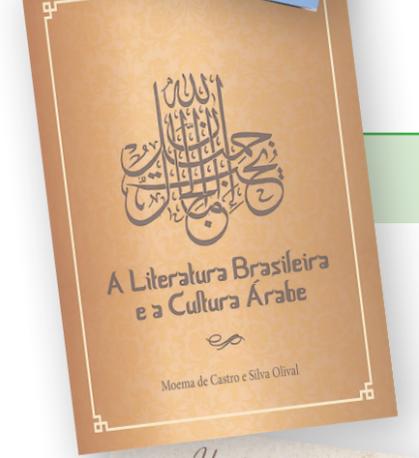
Uma provocação à sociedade, aos legisladores e aos aplicadores da lei. O mérito maior está no propósito de humanizar a legislação pertinente e adequá-la a uma realidade cada vez mais incontestável: a adoção multiparental, priorizando nesse contexto as crianças, que nada pedem senão amor e compreensão; e famílias, provedoras em potencial de vidas melhores.



A organização do trabalho pedagógico – Educação física e avaliação

Alcir Horácio da Silva / Editora Appris

A obra se insere nas pesquisas que têm como objeto de estudo a organização do trabalho pedagógico e a avaliação da aprendizagem. O objetivo do estudo é identificar, analisar e avaliar a organização do trabalho pedagógico e a avaliação da aprendizagem na Educação Física realizada no Cepae-UFG, para explicar limites e avanços no trato com a categoria estruturante da organização do trabalho pedagógico na escola capitalista que é o par dialético objetivo/avaliação.



A influência árabe na literatura brasileira

Moema de Castro e Silva / Editora Kelps / 236 páginas

É um livro de interesse nacional, com exposições memoráveis sobre obras de vários autores descendentes de árabes. A obra abre o debate sobre a contribuição desses escritores à ficção produzida no Brasil. São análises de olhar profundo e elucidativo, diz o escritor Miguel Jorge, que assina o prefácio.



Uma vida humana (Humanae Vitae – 1687)

Uriel da Costa / Editora UFG / 56 páginas

Escrita em 1640, alguns dias antes de Uriel da Costa se suicidar, foi publicada postumamente em 1687, como parte do livro De Veritate Religionis Christianaet Amica Collatio cum Erudito Judaeo, de Philip van Limborch. A versão que apresentamos, assim, é a primeira tradução brasileira do opúsculo, e foi elaborada com base na tradução espanhola de Gabriel Albiac (1985) e cotejada com as traduções portuguesa de Epifânio da Silva Dias (1901) e francesa de Duff&Kaan (1926).

À deriva no Cerrado em busca de sentido

Grupo coordenado por professor da FAV desbrava Chapada dos Veadeiros e cria performances, desenhos, fotografias e poesia



1



2



3



4



5



6

Uma esfera vermelho-maravilha ergue-se como oferenda ao paredão de pedra imposto à frente, pela mão de alguém que usa um capuz verde. Vidro, polipropileno, alumínio ou titânio. Não importa o material da esfera. Ali, cercada por Cerrado virgem, um produto da indústria é algo extraterreno.

O momento está congelado na fotografia “Witchball”, do professor da Faculdade de Artes Visuais (FAV) Juliano Moraes. Integra o conjunto de obras de arte contemporânea da vivência “Estado de Deriva em Residência Móvel”.

No projeto, nove artistas e pesquisadores de arte ligados à FAV foram financiados pelo Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás para uma semana de criação artística na Chapa dos Veadeiros, em dezembro de 2014.

O estranhamento do homem urbano na mata fechada é um dos motivos da vivência, que além de fotografias produziu ainda performances orientadas para fotografia, vídeo, desenho e poesia.

“O desafio era nos retirar da zona de conforto de nossas referências (urbanas), dando início a novos processos criativos. Um retorno à natureza endereçado à produção de arte contemporânea”, diz o professor Rubens Pileggi, um dos coordenadores do projeto.

Nu, Pileggi veste apenas um crânio de jacaré amarrado ao pescoço. Ele está no topo do paredão, de onde pedras começam a se soltar sob seus pés.

“Sei que posso morrer. No meio do caminho tinha uma pedra que se deslocou debaixo dos meus pés. Escorrego. Foi por pouco”, conta ele no catálogo resultante do projeto.

O lugar é inóspito, árido, arisco. Cactos brotam por entre as pedras secas no topo do paredão. Ali está um Pileggi animalesco, arquejante.

Só assim ele é capaz de harmonizar-se com o ambiente para dar origem à sua obra primitiva.

“Terminada a performance, apenas uma leve escoriação no braço e umas espetadas de espinho de cacto na bunda. Desta vez o trabalho está pronto”, diz.

A performance do professor virou vídeo e está disponível no *Youtube* sob o título “O RISCO”. É angustiante assisti-lo naquelas condições. Mas também é libertador.

1 - Uma das casas sobre árvores onde o grupo se hospedou

2 - Ação realizada por Fransuel Becker

3 - “Guiné”. Trabalho do artista Dalton Paula

4 - Participantes da residência artística com a equipe local que os recebeu (Mariri Jungle Residency)

5 - “Witchball”. Trabalho do professor Juliano Moraes

6 - “O Risco”. Performance de Rubens Pileggi

Encontro nas alturas

Fábio Alves



Marco Antonio Sperb Leite e Paulo Garcez ao lado de monomotor do Aero Clube de Goiás: paixão por voar

Aposentados, Marco Antonio Sperb Leite, Paulo Garcez Leão e Waldemar Wolney Filho fortalecem amizade compartilhando a paixão pela aviação experimental

Desde criança Paulo Garcez Ferreira Leão quis voar. Hobby ou profissão, era algo muito caro, o que lançou o plano de estudar aviação para depois da graduação em Agronomia. Aí sim, agrônomo, fez curso de mecânico de avião. E depois virou piloto privado (sem fins comerciais).

Paulo era o titular das disciplinas de Engenharia Rural, como foco em Mecânica de Máquinas e Motores, e Aviação Agrícola da Escola de Agronomia (EA). Já voava até que, em 1995, se interessou pela aviação experimental.

Aviação experimental é aquela em que aficionados constroem seus próprios aviões, não homologados, e que não podem ser explorados comercialmente. Só para voos recreativos. Foi nela, construindo seu primeiro avião, que Paulo chamou atenção do amigo da Física Marco Antonio Sperb Leite.

“Ele (Marco Antonio) já tinha interesse por ultraleves e se aproximou quando eu terminava a montagem do meu primeiro avião, que conclui em 2000”, conta Paulo. Ambos

são hoje diretores do Aero Clube de Goiás.

“Depois trouxemos o Waldemar”, emenda. Waldemar Wolney Filho, aposentado em 2004 também pelo Instituto de Física (IF), mas pesquisador ativo até hoje, juntou-se aos colegas docentes num projeto para construir aviões inspirados no Asso IV, um desenho italiano.

Após dez anos iniciado o projeto, Waldemar está terminando de montar seu primeiro avião, que deve ir ao ar em um mês. “Ele é feito peça por peça, acompanhado de um engenheiro aeronáutico. Demora mesmo”, diz Waldemar, que ainda não pilota. “Mas vou aprender”, garante.

Delícia

“Não tenho interesse em pilotar grandes aviões, embora já tenha participado de pilotagens, acompanhado. Eu gosto mesmo é de voos baixos, gostosos. De ir ali em Uberlândia, Caldas Novas”, conta muito empolgado Marco Antonio, que pilota há 15 anos.

“O mais difícil de aprender é o pouso e

a decolagem, porque são mais perigosos. Temos de estar afiados e preparados para qualquer situação. Somos treinados para lidar com adversidades”, fala o professor, sobre o curso do Aero Clube de Goiás, por onde já passaram dezenas de pilotos de linhas aéreas de grandes companhias.

“Mas o voo solo é uma festa. Delícia de sensação”, diz o físico, sobre o primeiro voo desacompanhado de instrutor. A primeira realização neste voo solo é o domínio da máquina. Colocá-la no ar. Depois vem o prazer da paisagem. “É emocionante”, conta Marco Antonio.

Paulo nunca passou por situação de risco ou fez um pouso forçado. Uma vez, quando precisou transportar um avião com problemas, enfrentou uma pane no ar, que era prevista. “A gente corre mais risco indo para o aeroporto do que voando”, diz Paulo, que pilota há 20 anos, é instrutor e professor no Aero Clube de Goiás e professor convidado do curso de Ciências Aeronáuticas da PUC-GO.

Arquivo pessoal



Favorecidos por estarem em Goiás

O país que com mais aviões particulares e de lazer, fora os EUA, é o Brasil. E Goiás é polo para aviação: por condições geográficas (estamos no centro do Brasil), topográficas (há poucos relevos, maior parte plana) e também tecnológicas: fora São Paulo, somos o Estado com maior número de oficinas e especialistas em mecânica de aviões.

“É muito forte nossa estrutura, o que favorece o Aero Clube. Pessoas vem do Nordeste, Pará e outros Estados fazer nosso curso”, conta Paulo Garcez. Fundado em 1938, o Aero Clube de Goiás é uma organização não governamental, reconhecido como público, e tem a melhor escola de aviação de Goiás.

Waldemar Wolney Filho posa ao lado do seu modelo, baseado no projeto italiano Asso IV